

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.483 - AL
(2018/0347627-0)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : ANALICE BEZERRA DA SILVA
AGRAVANTE : CICERA MARIA DA SILVA
AGRAVANTE : CICERO ANDRADE DOS SANTOS
AGRAVANTE : CICERO LUCAS DOS SANTOS
AGRAVANTE : EDVALDO GOMES DA SILVA
AGRAVANTE : GENIVALDO GOMES DA SILVA
AGRAVANTE : GIVANEIDE LOURENCO DA SILVA
AGRAVANTE : HELIA RODRIGUES DA SILVA CORDEIRO
AGRAVANTE : JOSE GIVALDO GOMES DA SILVA
AGRAVANTE : MARCILEI LIMA
AGRAVANTE : MARCUS VINICIUS LIMA
AGRAVANTE : NEIDINALDA PEREIRA ALVES
AGRAVANTE : SEVERINO RAIMUNDO DOS SANTOS
AGRAVANTE : ZACARIAS FRANCISCO DE LIMA
ADVOGADOS : CLAUDIO PAULINO DOS SANTOS - AL013123
ADEMYR CESAR FRANCO - AL014184
CARLOS REZENDE JUNIOR - AL014488
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE LAGOA DA CANOA
PROCURADOR : LUCIANO HENRIQUE GONÇALVES SILVA E OUTRO(S) -
AL006015

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto contra decisão assim ementada (fl. 1.208):
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. URV. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. MARCO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. INTERPRETAÇÃO DE NORMA LOCAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO. AGRADO NÃO PROVIDO.

Os agravantes alegam que "não há necessidade de análise de direito local, nem de rediscussão da matéria e muito menos revolvimento do acervo fático probatório dos autos para aferição de que não houve a recomposição dos vencimentos, só houve reestruturação da CARREIRA dos servidores, na medida em que, por ocasião da liquidação de sentença, o tribunal local é quem analisará as provas e a lei local para aferir se houve reestruturação REMUNERATÓRIA" (fl. 1.222).

Afirmam que "eventual prejuízo remuneratório decorrente da conversão equivocada da moeda deve ser apurado em LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, e quanto à PRESCRIÇÃO, nas ações em que se busca o pagamento das diferenças salariais decorrentes da edição da Lei 8.880/1994, a relação é de trato sucessivo, incidindo a prescrição tão somente sobre as parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, não alcançando o fundo de direito, *ex vi* do enunciado sumular 85/STJ" (fls.

Superior Tribunal de Justiça

1.230-1.231).

Sem impugnação.

É o relatório. Decido.

Diante dos argumentos aqui trazidos, exerço o juízo de retratação para tornar sem efeito a decisão de fls. 1.208-1.213.

Após, volte-me os autos conclusos para nova análise da demanda.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator

